

A PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O INSTITUTO AYRTON SENNA (2002-2015): A INTERSECÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO

Fernando Xavier Silva

Universidade Federal de São Paulo email: erick.dantas@unifesp.br

Resumo

A pesquisa empreendeu uma revisão bibliográfica sistemática de produções acadêmicas sobre a atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) na educação pública. Assim, o objeto de estudo são produções acadêmicas (teses, dissertações e artigos) publicadas no período de 2002 a 2015. O objetivo do trabalho foi identificar características e contribuições da produção acadêmica sobre o IAS, com foco nas análises dos resultados e conclusões dos trabalhos que compuseram o escopo da pesquisa. O conjunto de trabalhos analisados foi coletado em repositórios e bancos de teses e dissertações de instituições de ensino superior e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e na lista de periódicos da Scientific Electronic Library Online, a partir dos descritores Instituto Ayrton Senna, Fundação Ayrton Senna e IAS. A partir dessa busca, selecionaram-se 64 trabalhos, dentre os quais 24 dissertações, seis teses e 34 artigos. Em consonância com as características de revisões sistemáticas de produção acadêmica e do objetivo desta pesquisa, foi realizada a leitura integral dos trabalhos. A partir dessa leitura, analisaram-se as características gerais dos trabalhos e as contribuições expressas nos resultados e conclusões das pesquisas. Foram consideradas as metodologias e a contextualização das iniciativas privadas do chamado “terceiro setor”, uma vez que elas exercem importante influência sobre a construção do objeto estudado. Com isso, foi possível reunir análises, resultados e conclusões das dissertações, teses e artigos sobre concepções, discursos e atuação do IAS na educação pública. Em relação aos resultados, verificou-se que alguns trabalhos julgaram positivas as parcerias entre o IAS e municípios, na medida em que trouxeram bons resultados no que se refere à melhoria de índices educacionais como taxa de evasão, de repetência e de distorção idade/série. No entanto, a maior parte das pesquisas considerou as parcerias como negativas, porque inseriram valores mercadológicos na escola pública e transformaram o papel do diretor em gerente-gestor, sendo ele o principal responsável pelos resultados educacionais da escola em que atua. A maioria concluiu também que houve falta de transparência nas parcerias, além da introdução da lógica do mercado ou do quase mercado na educação pública, bem como mudanças nas legislações municipais, exigidas pelo IAS. Concluiu-se que a maioria das pesquisas analisadas indica que as parcerias entre o IAS e instituições públicas de ensino são parte de uma política mais ampla de redefinição do papel do Estado em relação aos direitos sociais, que tem buscado reforçar a hegemonia das classes dominantes no discurso sobre a educação pública e no espaço escolar. Nessa perspectiva, a sociedade civil tem sido interpretada como sinônimo de iniciativa privada, sem consideração aos antagonismos presentes numa sociedade dividida em classes.

Palavras-chave: Revisão sistemática bibliográfica. Instituto Ayrton Senna. Parcerias público-privadas.



Introdução

A introdução do ideário neoliberal no Brasil nos anos de 1990 teve importantes repercussões nas políticas públicas educacionais, especialmente pela abertura a parcerias entre o setor público e o privado, advinda da Reforma do Estado (BRASIL, 1995). A proposta de serviços públicos, como educação e saúde, serem ofertados em parceria com o setor privado, amparada no discurso de melhorar a qualidade da educação pública, foi introduzida por meio de parcerias de estados e municípios com Organizações não Governamentais (ONGs).

As parcerias do Estado com o terceiro setor no provimento de serviços sociais encontra respaldo no ideário da terceira via, que defende a integração das ações do Estado com as da iniciativa privada, como forma de superação da crise do *Welfare State*.

De acordo com análises de Peroni e Adrião (2008), os teóricos da terceira via propõem um plano amplo de reformas do Estado, sendo uma delas as parcerias com o chamado terceiro setor, de forma a responsabilizar instituições sem fins lucrativos pela realização de políticas sociais em cooperação com o Estado.

Com base no ideário de serviços públicos de responsabilidade não exclusiva do Estado, algumas ONGs passaram a atuar na educação pública, entre elas o Instituto Ayrton Senna (IAS) que, entre 1994-2010, período de maior envolvimento, desenvolveu projetos e programas em 1.372 municípios dos 26 estados. A partir de 2011, a atuação do IAS decaiu, embora ainda mantenha parcerias, principalmente com secretarias municipais de educação.

Tendo em vista a importância de se conhecer a produção acadêmica sobre determinada temática, como forma de saber quais questões demandam mais estudos, que lacunas das pesquisas anteriores devem ser preenchidas, foi realizado um estudo que se inscreve como pesquisa de revisão bibliográfica sistematizada, conforme Ferreira (2009) e França, Matta e Alves (2012).

Os estudos de revisão vêm ganhando terreno nas pesquisas educacionais desde os anos 1980. Esses estudos pretendem partir da produção acadêmica já realizada para sintetizar ou mapear assuntos, temas, resultados, procedimentos, tipos de análise e, com isso, encontrar lacunas e tendências.

Optou-se na pesquisa pela leitura integral da produção acadêmica sobre o IAS. Entende-se que, para realizar um levantamento das informações necessárias quanto aos posicionamentos dos pesquisadores em relação às atuações do IAS, às concepções de Estado, educação e políticas

públicas, seria indispensável a leitura integral dos trabalhos, o que também possibilitou a busca dos dados referentes à caracterização geral dos estudos, assim como suas contribuições. Dessa forma, “os resultados qualitativos e as condições de aquisição desses resultados necessitam ser agrupados e reagrupados de forma interpretativa, por semelhanças, para que possam responder à questão central de pesquisa proposta” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 179).

Feito o levantamento e a coleta da produção acadêmica sobre o IAS, os trabalhos encontrados passaram por triagem para seleção daqueles que se enquadravam no critério estabelecido pela pesquisa, ser tese de doutorado, dissertação de mestrado ou artigo acadêmico. Estabelecido o *corpus* da pesquisa – seis teses, 24 dissertações e 34 artigos –, partiu-se para a leitura integral dos trabalhos com foco nas conclusões e resultados. Após a leitura e o levantamento das informações realizou-se a análise procurando responder às seguintes questões: quais foram os resultados e conclusões das pesquisas em questão? Quais as similaridades e diferenças entre as conclusões e resultados desses estudos?

Para a coleta dos trabalhos sobre o IAS foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Instituto Ayrton Senna, Fundação Ayrton Senna e IAS. Inicialmente, foram selecionados todos os trabalhos em que tais descritores estavam presentes em pelo menos um dos itens a seguir: título, resumo ou palavras-chave.

Nessa coleta, realizada entre os dias 13 e 25 de março de 2016, foram examinados os bancos de teses e dissertações *online* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e os de todas as universidades estaduais e federais do Brasil. Também foram procurados trabalhos acadêmicos nos repositórios e portais de periódicos dessas instituições. Dados os limites da pesquisa, optou-se por não incluir no arcabouço da pesquisa as publicações em formato livro.

Após esse levantamento foram encontrados 184 estudos, dos quais sete teses, 29 dissertações, 64 artigos, três trabalhos de conclusão de curso (TCC), uma monografia e 80 comunicações apresentadas em seminários e congressos científicos.

Quanto às teses e dissertações, após a coleta observou-se que, mesmo constando os descritores no título, resumo ou palavras-chave, três dissertações e uma tese não tinham o IAS como foco da discussão. Após tais exclusões, resultaram seis teses, 24 dissertações e 34 artigos, que compõem o escopo da pesquisa.

Neste artigo são apresentadas, de forma resumida, as principais análises e conclusões da pesquisa, com indicação de questões sobre o IAS que merecem novos estudos para aprofundamento

e melhor compreensão do papel deste Instituto no contexto das parcerias público-privadas na educação pública.

O artigo está dividido em três tópicos além desta introdução. No primeiro há breve apresentação do IAS, de forma que o leitor possa conhecer os objetivos, a estrutura e os projetos e programas implementados pelo Instituto. Em seguida, são apresentados e analisados os achados da pesquisa em diálogo com a literatura sobre o tema, com indicação das principais características da produção acadêmica estudada. Nas considerações finais faz-se uma síntese interpretativa das análises e são apresentados alguns desafios aos pesquisadores que pretendem contribuir com a compreensão da atuação do IAS na educação pública.

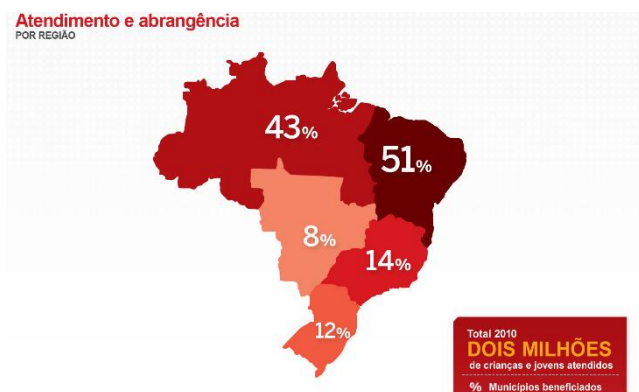
O Instituto Ayrton Senna

O Instituto Ayrton Senna foi fundado em 1994, a partir da iniciativa da família Senna após a morte do piloto de Fórmula 1. O IAS tem por meta “levar educação de qualidade para as redes públicas de ensino no Brasil. Atua em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para construir soluções concretas para os problemas da educação básica.” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2016). Desde então vem criando programas educacionais “que se traduzem em políticas e práticas flexíveis que se adaptam a diversos contextos e efetivamente impactam a aprendizagem dos estudantes em grande escala” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2016). Juridicamente ele é definido como uma organização social, mas com razão social de instituto. Faz parte de uma gama de iniciativas privadas que emergiram já na primeira metade da década de 1990 e a partir de circunstâncias históricas favoráveis tiveram cada vez mais espaço nas políticas públicas voltadas para a educação.

Segundo os relatórios anuais do Instituto, entre 1994 e 2010 seus programas e projetos atingiram 1.372 municípios brasileiros em 25 estados e o Distrito Federal. Esse número caiu entre 2011-2012 para 1.300 e teve redução contínua nos anos seguintes, chegando a 700 municípios atendidos em 2014. Por meio da Ilustração 1, pode-se observar que a presença do IAS em 2010 – ano em que teve parceria com o maior número de municípios – concentrava-se nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Dos municípios da Região Nordeste, segundo o Instituto, pouco mais da metade participou de parcerias com o IAS. Na Região Norte, 43% dos municípios participaram (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2011). Os relatórios subsequentes, de 2011 a 2014, não apresentaram informação sobre a abrangência dos programas por região do Brasil.



Ilustração 1 – Abrangência dos programas do Instituto Ayrton Senna em 2010



Fonte: INSTITUTO AYRTON SENNA (2011, p. 1).

Seus programas são apresentados como soluções para os problemas educacionais, principalmente das séries iniciais do ensino fundamental I (Acelera Brasil de 1997 e Se Liga de 2001), mas também para o ensino fundamental II (Fórmula da Vitória de 2009 e Solução Educacional para o Ensino Médio de 2013). A produção acadêmica analisada neste artigo não investigou todos os programas do Instituto.

A gama de estudos sobre o IAS permite atentar para a dimensão que os programas desta Instituição tomou ao longo de mais de vinte anos de parcerias com secretarias de educação. Essa presença do IAS nas secretarias municipais e estaduais de educação em alguma medida influenciou a forma de pensar e fazer educação nesses entes federados e mobilizou a comunidade acadêmica a investigar como e em que medida isso aconteceu.

A produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna: características e contribuições

Grande parte da produção encontrada sobre o IAS provém de um projeto nacional de pesquisa interinstitucional sob coordenação das professoras Vera Maria Vidal Peroni e Theresa Maria de Freitas Adrião, vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), respectivamente. Conforme os dados da Tabela 1, dos 64 trabalhos encontrados, 54% são provenientes de autores que participam dessa pesquisa. Para se chegar a essa constatação, observou-se a lista de integrantes do grupo, conforme o relatório de pesquisa (ADRIÃO; PERONI, 2011a).



Tabela 1 – Pesquisas interinstitucionais e não interinstitucionais sobre o Instituto Ayrton Senna

Tipo	Interinstitucional	Não interinstitucional
Tese	4	2
Dissertação	10	14
Artigo	21	13
Total	35	29

Fonte: os autores com base em dados da pesquisa (2016).

Em relação à avaliação dos autores sobre as parcerias com o IAS, das 65 pesquisas, seis consideraram positivas as ações do Instituto, na medida em que trouxeram bons resultados no que se refere à melhoria de índices educacionais como taxa de evasão, de repetência e de distorção idade/série. Destas, quatro destacaram a importância do trabalho do IAS em relação aos aspectos cognitivos e emocionais para a aprendizagem dos alunos. Duas pesquisas indicaram que a melhoria da qualidade educacional residiria no maior empenho dos alunos e dos profissionais da Educação e na valorização de aspectos cognitivos e emocionais como fundamentais ao desempenho escolar.

A maior parte considerou as parcerias como negativas porque foram inseridos valores mercadológicos na escola pública e o diretor foi transformado em gerente-gestor, sendo considerado o principal responsável pelos resultados educacionais da escola.

Alguns autores indicaram que os profissionais da Educação, principalmente os professores e gestores, aderiram ao controle sistemático do cotidiano escolar, mesmo com prejuízo ao trabalho pedagógico houve adesão aos parâmetros de qualidade baseados nas premissas do IAS e a consolidação de um consenso passivo tanto dos professores quanto das equipes gestoras, responsáveis pelas decisões na esfera educacional. Fato que mostra a força dessa organização social não estatal no processo de regulação da educação pública, que se submete ao conceito e à retórica de modernização dos sistemas de ensino tangenciada pelo discurso de pedagogismo pragmático e tecnocrático. A busca pelo consenso passivo apresentada pelos autores dos trabalhos analisados pode ser entendida como um sinal de que as ações não se legitimam por si, mas precisam de reconhecimento, o que é alcançado de diversas formas. Isso indica que a busca pela hegemonia do poder não se restringe ao núcleo do Estado, mas se encontra também na sociedade civil. A ideologia vai encontrar reprodução pelos intelectuais orgânicos das frações de classes em disputa por terreno

político, que, reproduzindo hábitos, costumes e opiniões, influenciarão a formação de consciência (GRAMSCI, 2000).

Em meio às avaliações críticas, alguns autores destacaram como positiva a sistematização dos dados sobre o desenvolvimento dos programas, como a frequência dos alunos e professores, notas e relatórios de atividades diárias, o que permitiu a racionalização das ações, que a partir de então seriam direcionadas para objetivos alcançáveis em prazos relativamente curtos, entretanto, a maioria concluiu que houve falta de transparência nas parcerias e mudanças nas legislações municipais, exigidas pelo IAS. Ressaltaram ainda que as fronteiras entre o público e o privado foram redefinidas diante de discursos e ações estreitamente inspiradas pelo neoliberalismo, que encontrou na “nova socialdemocracia” os meios políticos para a descentralização da realização de serviços antes tidos como de responsabilidade do Estado.

O envolvimento das entidades do chamado terceiro setor na educação pública foi contextualizado como circunscrito na reordenação do capitalismo a partir de sua crise estrutural nos anos 1970. Os autores de vários estudos associaram as parcerias público-privado nos municípios pesquisados a esse plano macropolítico, e para localizar os programas nesse panorama descreveram a trajetória do IAS e suas relações com a reestruturação do capital e o discurso hegemônico de descentralização dos serviços públicos, cujos três principais mecanismos seriam: a privatização, a publicização e a terceirização, relegando ao Estado o papel de financiador e regulador. O neoliberalismo e a terceira via foram indicados como matrizes teórico-práticas, com agendas políticas sobre as funções do Estado, que ultrapassaram o meio acadêmico para se tornarem proposições que disputam a hegemonia na sociedade.

Encontraram-se, de forma geral, construções argumentativas que ligaram os reformadores do Estado brasileiro a partir de 1995 (marco da maioria das pesquisas por conta do PDRAE) ao ideário neoliberal e/ou à terceira via. As dissertações e teses de autores que integraram a pesquisa interinstitucional aproximaram-se quanto à identificação desse panorama em que se desenvolveu o objeto de estudo. Se se atentar para as 64 produções acadêmicas, grande parte considerou que a reforma do aparelho do Estado, a partir de 1995 foi influenciada por concepções de cunho neoliberal e da terceira via, mas a descentralização dos serviços sociais e as políticas públicas correspondentes foram baseadas, especialmente, nas premissas da terceira via; o Estado continuou financiando e fiscalizando a qualidade desses serviços, mas deixou parcialmente de executá-los, repassando-os para as entidades privadas que comporiam o chamado terceiro setor. Essa constatação foi mais recorrente nas pesquisas cujos autores integraram a pesquisa interinstitucional.

As orientações dos órgãos internacionais, o discurso neoliberal e da terceira via, as políticas públicas durante a década de 1990, principalmente o PDRAE, de 1995, seriam constituintes de um movimento ofensivo que visaria à expansão do lucro e à formação do consenso das classes hegemônicas, cujas premissas são baseadas nos valores de eficiência, eficácia e resultados, atingidos com baixo custo de execução.

Alguns autores pesquisaram as bases teóricas das ações do IAS, na medida em que buscaram a relação entre as orientações de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Banco Mundial (BM), com os princípios que norteiam os programas do IAS, obtidos por intermédio de documentos de divulgação e materiais de apoio. A convergência de interesses entre as empresas que apoiam esses projetos, os organismos internacionais e as entidades de um quase mercado visam à difusão de um novo perfil de sociabilidade baseado no *ethos* empresarial em torno do sistema do capital. Deriva dessa constatação a importância dos partidos políticos, movimentos sociais e das escolas, como elaboradores e (re) produtores de novas filosofias, as quais, indistinguíveis da política, são pedagógicas na medida em que, para Gramsci (1999, p. 101), “a relação entre filosofia superior e senso comum é assegurada pela política”. A construção de um novo bloco histórico que envolva a conquista da hegemonia é fundamental para que a ascensão da classe trabalhadora à sociedade política signifique também sua hegemonia nos campos econômico, político e ideológico. A escolha de uma concepção de mundo, além de ser um fato político, é necessária para que as ações correspondam a elas, e para que assim haja sistematização das “próprias intuições do mundo e da vida” (GRAMSCI, 1999, p. 96).

O neoliberalismo e a terceira via, nessa leitura, são dois aparatos culturais-pedagógicos (NEVES, 2005) que buscam redefinir as relações entre as classes sociais. Isso não foi decorrente somente do fato de o projeto das classes hegemônicas assumir o aparato estatal, mas da fluidez da sociedade civil ser permeada pela aculturação voltada à conciliação de classes (NEVES, 2005).

As ações do IAS inibiram a participação coletiva democrática na reelaboração constante dos projetos político-pedagógicos a partir da dinâmica escolar, ao centralizarem os problemas educacionais e os meios para resolvê-los na figura do diretor escolar e dos integrantes das organizações sem fins lucrativos, cujo campo de ação é voltado à educação pública. A centralização dos processos e a consequente falta de autonomia dos profissionais da Educação levou alguns pesquisadores a identificarem a precarização do trabalho desses profissionais, caracterizada também pelo caráter temporário dos contratos e baixas remunerações. As noções rígidas de controle e

sistematização do processo educativo do IAS interferem nas aulas e deslegitimam o saber do professor. A centralização tornou a rotina escolar desfavorável à formação para a cidadania, gerando frustração e *stress* como consequências da intensificação do trabalho. Um aspecto dessa condição de trabalho é a cobrança pelo engajamento individual às metas, em detrimento do trabalho coletivo, busca incessante por objetivos e metas estabelecidas externamente que favoreceu a intensificação do trabalho dos professores, tornando-o “alienado”, na medida em que há separação entre planejadores (IAS e secretarias de Educação) e executores (professores, alunos, diretores e coordenadores), e controlado pela reorganização dos organogramas da gestão municipal e definição de metas e tarefas para cada profissional.

As atuações do IAS agravaram o quadro de precarização do trabalho e das formas de contratação, intensificaram as atividades docentes ao estabelecerem metas e resultados a serem cumpridos independentemente das condições para sua realização, muitas vezes inadequadas. Entende-se que esse modelo de atuação está alinhado com o que a maioria dos autores dos trabalhos situaram como um modelo racional burocrático, que busca o empresariamento da educação pública no desenvolvimento de uma cultura da produtividade e na cobrança de resultados e metas.

De acordo com os autores dos trabalhos analisados, o contexto dessas ações é de precarização do ensino público, com corte de recursos, parcerias público-privadas que desconsideram a realização da gestão democrática, introdução de valores de mercado nas escolas, como a meritocracia, a competitividade entre as escolas e entre os alunos, e inserção de discursos neoliberais, minimizando o efeito negativo da falta de recursos sobre a educação pública. As relações de emprego instáveis configuradas no contexto da desregulamentação da legislação trabalhista não devem ser confundidas com processos de trabalho precários (OLIVEIRA, 2004). Apesar de serem fenômenos covalentes, a flexibilização dos contratos permite a precariedade no trabalho docente e o grande número de professores rotativos afeta diretamente as condições de trabalho nas escolas, que terão equipes instáveis, prejudicando o processo pedagógico.

A garantia de recursos materiais, infraestrutura e segurança na escola, assim como de apoio didático-pedagógico aos professores são fundamentais para que a escola possa ter êxito na aprendizagem dos alunos. Essas condições de trabalho não são somente decorrentes das parcerias dos municípios com o IAS, pois se referem à escassez de políticas públicas que interfiram na melhoria da qualidade de ensino e na valorização do trabalho docente. O advento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino foi agravado pela mudança na forma de contratação dos

diretores, que passaram a ter empregos instáveis mediante a relação entre sua manutenção no emprego e o desempenho das escolas nos índices educacionais.

Em suma, entende-se que a bibliografia estudada sobre pesquisas referentes ao Instituto Ayrton Senna indica que em nenhuma parceria estudada os índices de evasão escolar, reprovação e distorção idade/série propostos pelo IAS foram alcançados e, independentemente dos resultados finais, dificilmente haveria a possibilidade de medir exatamente a influência do IAS na melhoria ou não desses índices, pois, antes das parcerias e no decorrer delas, outros projetos foram desenvolvidos na educação municipal. E ainda que as parcerias público-privadas feitas com essa entidade difundem um projeto empresarial vinculado à autorresponsabilização do indivíduo pelas suas mazelas sociais; a grande matriz dessa práxis é o avanço recente do capital sobre a questão social, que se desenvolveu com a ajuda do pensamento neoliberal e da terceira via. A classe dominante busca lucrar ancorada na força publicitária desses projetos revestidos de filantropia e responsabilidade social.

Considerações finais

A análise de trabalhos acadêmicos sobre o IAS sugere que o ideário das parcerias público-privado na educação está vinculado à Reforma do Estado de 1995, aos preceitos do neoliberalismo e da terceira via. Os pressupostos da teoria neoliberal, particularmente de Friedman (1962) e Hayek (2010), da família como base da sociedade e de relações sociais entre indivíduos livres, baseadas na igualdade e no voluntarismo dos contratos, asseguradas por um Estado com funções mínimas, ganharam hegemonia num processo em que vários entes federados abriram as portas das escolas para que uma perspectiva de educação e de escola, pautada nos valores do mercado, se fizesse presente na educação pública.

Os trabalhos analisados indicam também que o IAS e sua relação com redes públicas de ensino estão inseridos no contexto de transformação do Estado brasileiro com diretrizes neoliberais, como a privatização e a terceirização. A confluência entre o neoliberalismo e a terceira via na crítica ao Estado e na necessidade da descentralização dos serviços sociais permitiu que políticas típicas de ambos os aparatos culturais-pedagógicos fossem implementadas no Brasil; assim, de acordo com as pesquisas do grupo interinstitucional, se ocorreu a redefinição das fronteiras do público e do privado, o que fundamentou essas transformações foram as críticas ao Estado social feitas por intelectuais orgânicos, estreitamente inspirados pelo neoliberalismo e pela terceira via,

que encontraram na “nova socialdemocracia” os meios políticos para a descentralização dos serviços estatais (ANTUNES, 2004; NEVES, 2005).

A partir do referencial teórico deste artigo, entende-se que esse movimento almeja tornar as escolas espaços de hegemonia das classes dominantes (NEVES, 2005). O que está em pauta nessas discussões é também o conceito de sociedade civil, o qual é interpretado muitas vezes como sinônimo de iniciativa privada desvinculada da configuração da sociedade dividida em classes antagônicas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção é importante para a configuração das organizações privadas e suas relações com a sociedade política. Considera-se, nessa perspectiva, que o mercado integra e é perpassado pelas relações de produção na sociedade civil, mesmo que a separação entre ela e a sociedade política seja meramente metodológica (GRAMSCI, 2000).

Enfim, o material estudado na pesquisa mostrou um rico leque de informações e análises. Acredita-se que as principais conclusões e características foram averiguadas, mas algumas questões não foram exploradas, tais como: as concepções de Estado e de educação presentes nas propostas do IAS conseguiram hegemonia entre educadores e estudantes das escolas onde os projetos foram desenvolvidos? Quais as formas de resistência a esse processo, no qual professores e alunos são frequentemente responsabilizados pelas consequências de políticas públicas equivocadas ou inexistentes? Assim, novos estudos sobre o IAS poderiam abarcar questões pouco ou ainda não estudadas, o que contribuiria para um conhecimento mais amplo sobre a presença deste Instituto na educação pública básica brasileira.

Referências

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional**. Relatório de Pesquisa CNPq, 2011a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNARELATORIO.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL, Ministério da Administração Federal e Reforma do estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília, DF, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FERREIRA, Liliana Soares. A pesquisa educacional no Brasil: tendências e perspectivas. **Contrapontos**. Itajaí, v. 9 n° 1, p. 43-54, jan/abr. 2009.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “estado da arte”**. Educação & Sociedade, Campinas, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. Chicago, 1962. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/daeca/wp/wp-content/uploads/2009/03/capitalismo-e-liberdade.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FRANÇA, Cristineide Leandro; MATTA, Karen Weizenmann da; ALVES, Elioenai Dornelles. Psicologia e educação a distância: uma revisão bibliográfica. **Psicologia: Ciência & Profissão, Brasília**, DF, v. 32, n. 1, p. 4-15, 2012.

HAYEK, Friedrich A. von. **O caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1.127-1.144, set./dez. 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

PERONI, Vera Maria Vidal; ADRIÃO, Teresa. A relação público/privado e a gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Público e privado na educação: novos elementos para o debate**. São Paulo, Xamã, 2008. p. 111-127.

VOSGERAU Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.